

**VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil**

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento
Comunicação oral

**OS MUSEUS E A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:
uma retrospectiva sobre a documentação em museus
e o processamento da informação**

***MUSEUMS AND THE REPRESENTATION OF KNOWLEDGE:
a retrospective on documentation in museums and information processing***

Suely Moraes Ceravolo (PPGCI/UFBA, sumoce@ufba.br)
Maria de Fátima Tálamo (PPGCI-PUCCAMP, mfgmtala@usp.br)

Resumo: A documentação em museus é procedimento antigo, passou por transformações ao longo do tempo, mas ainda não incorporou plenamente a noção de tratamento da informação. Para analisar o fluxo de processamento da informação nos museus é preciso distinguir dois processos paralelos e diferenciados: o do objeto como suporte e o tratamento e a organização das informações para sua efetiva recuperação. Tal distinção leva à compreensão de que no fluxo do tratamento da informação é possível aplicar princípios da Análise Documentária (AD), disciplina de natureza metodológica que visa à elaboração de produtos documentários. Para superar o impasse criado pela exigência de descrições simultâneas e recíprocas do objeto que abarquem os planos físico e do conteúdo, propõe-se o conceito de *matriz de informação*.

Palavras-chave: Documentação. Matriz da informação. Museus.

Abstract: Documentation in museums is handled according to well-established procedures, which, despite the fact of having undergone transformations over time, have not yet fully incorporated the resources provided by Information Technology. To analyze the flow of information processing in museums it is necessary to distinguish between two parallel yet different processes: that of the object as support and the treatment and organization of information for its effective recuperation. This distinction leads to the understanding that in the flow of information retrieval it is possible to apply the principles of Document Analysis (DA), a methodological discipline whose aim is the elaboration of document-related products. To overcome the impasse created by the need for simultaneous and reciprocal descriptions of the object that cover the physical plane and that of the content itself, the concept of information matrix is proposed.

Keywords: Documentation. Matrix Information. Museums.

A documentação em museus é uma atividade muito antiga. No seu recente trabalho, *História de la documentacion museológica: la gestión de la memoria artística*, Maria Teresa Marin Torres foca os aspectos históricos de uma prática museológica dedicada a instrumentos administrativos e científicos, sob a forma de inventários e catálogos, conhecida como documentação em museus. O objetivo da obra foi o de acompanhar o caminho evolutivo da gestão da informação museológica para identificar como os museus processam a informação de suas coleções ao longo da história. No seu entender, os museus são potencialmente organismos informativos, com muito a oferecer para a atual sociedade da informação, mas não podem ser abordados exclusivamente como “instituição documental” (TORRES, 2002: 7 e 17).

Durante séculos a prática do registro de informações sobre as coleções, visando à execução das operações de controle e de acesso ao seu conteúdo, ficou a cargo de pessoas ilustradas. O conhecimento da matéria, intui-se, subsumia o conhecimento das operações envolvidas no tratamento da informação.

Se a documentação de museus é prática antiga, no entanto, de acordo com Paulette Olcina, é recente como disciplina. Considerada a ‘parente pobre’ dentre as atividades de museu, antes da década de 1950 era realizada sem regras, guiada por visões singulares e do bom senso (OLCINA; 1970/1971; 1986: 307). No passado observam-se indicações sobre cursos voltados para o preparo de conservadores ou auxiliares de conservadores, caso da Escola do Louvre em Paris, iniciado em 1882, que ministrava aulas sobre história da arte, organização de exposições, conservação e restauro visando prioritariamente, naquela época, às obras arquitetônicas, artísticas e monumentos (AUBERT; 1948: 38). No entanto, índices da presença de curso sobre documentação não são encontrados, o que reafirma, de certo modo, que o caráter preservacionista do museu é parte importante de sua história.

De fato, o desenvolvimento da documentação em museus foi um processo lento que passou por fases de acerto e erro, envolvendo, inclusive, uma certa tensão no seu exercício já que, dependendo da natureza das coleções que um museu abriga, são os curadores ou especialistas que a exercem. Dado esse fato distinguimos a pesquisa museográfica que registra dados essenciais sobre um objeto e mesmo investiga outros para preencher as fichas de catalogação, da pesquisa e do tratamento documentário realizados sobre aquela massa de dados para produzir instrumentos de busca e de acesso a informações. (CERAVOLO e TÁLAMO; 2000).

Paulette Olcina ressalta que a importância da documentação de museus escapava, de fato, a muitos trabalhadores dessas instituições. No plano internacional, em prol de normalizações no período de 1927 a 1945, L’Office International des Musées (OIM), com sede em Paris e integrante do International Institute of Intellectual Cooperation (Liga das Nações), foi uma agência que recomendou o emprego de fichas e a padronização de etiquetas descritivas para dar suporte ao intercâmbio de obras de arte no âmbito internacional, como a unificação de catálogos iconográficos e classificações normalizadas. Nesse período houve uma grande preocupação com a salvaguarda de obras de arte, já que a Europa passou a sofrer as conseqüências dos conflitos da Primeira Grande Guerra. As áreas de conservação e restauro ganham espaço nesse período (OLCINA; 1986: 308).

A partir da Segunda Grande Guerra desenvolve-se uma série de tendências sobre os museus que acabam por influenciar os seus aspectos teórico-conceituais e pragmáticos (MENSCH; 1989). Afloram conceitos novos, especialmente a partir dos anos 70 e 80, como *musealização e fato museológico* (RÚSSIO; 1984; MENSCH; 1989); cria-se um novo tipo de museu, o ecomuseu, que se torna um modelo que se espalhou pelos mais diferentes rincões. A natureza do objeto de estudo da museologia não se encontra mais circunscrita ao museu como lugar, expande-se, e extrapolando a idéia de objeto tridimensional, procura integrar as

manifestações intangíveis acompanhando de perto os desdobramentos da noção de cultura desenvolvida pela antropologia.

No final da Segunda Grande Guerra, em 1946, forma-se o ICOM, Conselho Internacional de Museus, vinculado à Unesco. Em 1950 foi criado no ICOM o CIDOC, Comitê Internacional de Documentação, secretariado pelo então Centro de Documentação Unesco-ICOM com o apoio da bibliotecária Yvonne Oddon, que ajudou a moldar um esquema de classificação museológica para bibliotecas e centros especializados em museus. Ela foi colaboradora de George Henri Rivière, uma personalidade atuante na museologia francesa e no ICOM. A partir de cursos por ela ministrados nasceram, em 1968, os *Elements de Documentation Muséographique* (em francês/inglês) que, segundo Paulette Olcina, é um trabalho de referência e muito relevante sobre o assunto.

No Brasil, após o término da guerra, personalidades como José Antônio do Prado Valladares, que por muitos anos foi diretor do Museu do Estado da Bahia, em Salvador, lança em 1946 o livro *Museus para o povo: um estudo dos museus norte-americanos*, inspirado no aprendizado que teve em vários museus norte-americanos. Nele, no que diz respeito à documentação, apresenta recomendações dos registros às etiquetas postas nos objetos em exposição. Regina Real no Rio de Janeiro lança em 1958 o *Museu ideal* para explicar a “ciência da organização dos museus”. Na seção “Técnicas de apresentação” ela indica a importância das etiquetas ao lado das peças, embora não use objetivamente a expressão documentação de museu. Descreve as “fichas de registro” que deveriam ter minimamente “... número (inventário, coleção categoria, etc.); seção (caracteres descritivos), título; autor (biografia, etc.); entrada (aquisição, doação, permuta); dimensão e peso; conservação, localização (exposto, galeria, salas, mostruário; em depósito, trainel, gaveta); fotografia”. (REAL; 1958).

Outros trabalhos podem ser citados, como *Introdução à técnica de museus*, de Gustavo Barroso (Rio de Janeiro), o qual influenciou gerações de profissionais de museu; e *Museu e educação*, de F. dos Santos Trigueiros, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Neste, o capítulo “O museu, órgão de documentação” revela-se um histórico sobre a formação dos museus e não propriamente das atividades da documentação (TRIGUEIROS; 1958: 58). Supomos que haja no Brasil outras personalidades que devem ter seus percursos revistos para que se conheça, com maior exatidão, as noções de documentação de museus em nosso país.

Na década de 1960, o CIDOC assumiu a tarefa de tratar de padronizações e da compatibilidade num plano internacional, entre registros de museus, recomendando o uso de etiquetas-padrão para a identificação do objeto, fichas catalográficas e inventários, cujos modelos foram planejados por Yvonne Oddon. Mas foram muitas as dificuldades enfrentadas em razão da multiplicidade de procedimentos que cada museu executava (OLCINA; 1986: 308).

Na segunda metade dos anos 60 entra em pauta de discussão o uso de técnicas informatizadas. Em 1967, o CIDOC tenta coordenar os sistemas de documentação existentes formando o Grupo de Trabalho para a Documentação de Coleções (*Working Group on the Documentation of Collections*), visando às operações no plano internacional. Com uma tarefa complexa em mãos, que levou anos para ser realizada, esse grupo de trabalho defrontou-se com a proposição de extrair procedimentos normalizados dos sistemas existentes que pudessem satisfazer a maioria dos sistemas informatizados. Concluem, numa reunião realizada em 1976, que a informatização não poderia resolver problemas de coleta sistemática de informações sobre a propriedade cultural — questão a ser adotada por políticas nacionais —, mas poderia tratar do armazenamento, organização e comunicação dessa informação de modo rápido. Um comitê de documentação é então criado. Composto por membros de 22

países, institui três grupos de trabalho para tratar especificamente da terminologia, bibliografia e documentação de coleções de museus (OLCINA; 1986: 312).

Para conciliar as dificuldades que sucessivamente se apresentavam em 1978 e 1979, o CIDOC se concentra em dois pontos considerados essenciais para a documentação: um estudo das necessidades dos museus de acordo com a disciplina de base (artes, antropologia, etnologia, etc.), com o objetivo de identificar as informações que cada área do conhecimento requisita diante de suas coleções, e o estabelecimento de um conjunto mínimo de dados para a descrição dos objetos de museu, essenciais para o gerenciamento das coleções (OLCINA; 1986: 313).

No decorrer dos anos 70, o tema documentação integra o curso ministrado, em Paris, por George Henri Rivière, que o situa ao lado da pesquisa científica nos museus. No bojo do ICOM, por um breve período, discutiram-se o papel e os porquês dessa documentação. Chega-se aos anos 80 com perfis diferenciados da documentação de museus como, por exemplo, para alguns, ela seria uma ação envolvida na “atividade de informação acadêmica” com o propósito de tornar mais eficiente o trabalho dos pesquisadores (SCHREINER; 1985: 59-60). Nesse período, a brasileira Fernanda Camargo-Moro (Rio de Janeiro) atribui à documentação o papel de primeiro suporte informativo para o desenvolvimento de pesquisas, com a tarefa de decodificar “cada uma das peças de forma completa, de maneira que sua identificação seja perfeita (...)”. (CAMARGO-MORO; 1986: 41).

Nas considerações de G. Lewis foi com a informatização, ou com a antevisão do seu possível uso, que os museus passaram a ser vistos como fontes de informação (LEWIS; 1986: V). A informação fica então em evidência. Para V. Elisseeff a informação proveria o público com “respostas intelectuais” indo além, portanto, da apresentação de exposições; o museu deixaria de ser um *show-room*. (ELISSEEFF; 1970/1971: 5). De 1970 a 1980, a informatização abria uma nova era, e não é sem razão que se encontram obras como *Museum Cataloguing in the Computer Age* de Robert G. Chenhall (1975), e um número do periódico *Museum* (Unesco) (1971) dedicado exclusivamente a essa questão.

A documentação de museus não escapou da crença de que a informática poderia resolvê-la, gerando catálogos com os mais diversos objetivos, desde a organização de dados até a recuperação de informações, melhorando, de alguma forma, o acesso às informações. Foi em razão da implantação de sistemas de documentação informatizados que houve a necessidade de, em primeiro lugar, compreender a própria documentação ou a “teoria da documentação” (*theory documentation*) e os “sistemas de documentação” (*documentation systems*) segundo Leonore Sarasan (SARASAN; 1981: 90). Esses sistemas deveriam estar vinculados a uma concepção sistêmica, associados a uma sucessão de etapas interligadas organicamente, compatíveis e coerentes entre si, e com normalização vocabular. Como decorrência natural, as questões das categorias, classificações e terminologias afloraram definitivamente e se tornaram foco da busca de soluções relacionadas ao funcionamento pleno dos próprios sistemas informatizados.

Quando, como e por que não foram apenas perguntas a serem respondidas para alinhar a formatação dos sistemas às necessidades institucionais, mas serviam também como princípios que deveriam ser previamente definidos e padronizados, para que se pudesse analisar o próprio formato do sistema (SARASAN; 1981: 90).

Ao chegar aos anos 90 parece consensual que o controle terminológico tenha sido erigido à questão-chave, especialmente se o considerarmos como recurso para a implantação de bancos de dados informatizados (ROBERTS e FINK; 1990: 3-4). Em 1987, nasce na Inglaterra o Grupo de Trabalho para o Controle Terminológico (*Terminology Control Working Group*). Leonard Will, representante inglês no Grupo de Terminologia para Nomes de Objetos do CIDOC, afirma que a questão da indexação em museus ainda estava na infância, pois a documentação em museus nunca teve lugar central como ocorreu nas

bibliotecas. Ele acreditava então que, uma vez crescendo a importância e reconhecimento do papel da indexação, cresceria também o número de especialistas em informação. No seu entender seria o emprego de “recursos biblioteconômicos” (*library resources*) que poderia incrementar e subsidiar os museus no desenvolvimento de serviços de informação para visitantes. Ainda para L. Will havia a necessidade, nos museus, de indexar dados de base (*background*) e as informações sobre os próprios objetos (WILL; 1993: 157 e 160).

Portanto, ao longo de várias décadas do século XX, as questões sobre a documentação de museus giraram em torno de seu próprio eixo, transformando-se, ao final dos anos 90, em anúncios de programas de computação, como os pequenos *boxes* publicados no periódico *Museum* (Unesco).

Dessa forma, ainda é válida a afirmação, de 1993, de Leonard Will, de que os museus não se viam como prestadores de serviços de informação (WILL, 1993) e, possivelmente — ainda que existam exceções —, a maioria dos museus ainda não se atribui essa função.

Duas tendências, dois modos de captar a informação e a representação do objeto em museu

Do ponto de vista analítico, merecem destaque duas tendências observáveis no panorama da documentação de museus.

Por razões históricas, e outras circunstanciais, entende-se a documentação de museus como uma série de procedimentos técnicos para salvaguardar e gerenciar as coleções sob guarda dos museus. Há concepções metodológicas que envolvem a documentação de museus e subordinam-se a duas perspectivas que respondem por duas formas de gestão da informação que são distintas entre si. São elas a perspectiva *tecnicista*, bastante apoiada na abordagem norte-americana, e a *reflexiva*, mais interpretativa, cunhada por europeus (CERAVOLO e TÁLAMO, 2000).

Para a concepção *tecnicista*, a função primordial da documentação é responder as organizações mantenedoras; os procedimentos documentários são técnicos e visam à elaboração e preenchimento de registros (*registration*), o armazenamento e a recuperação da informação. O “registrator” (*registrar*) deve criar, manter e responder pela custódia dos objetos. Para isso ele deve estar preparado para fornecer informações atualizadas sobre o objeto, como sua localização e estado de conservação no interior das respectivas coleções. Ao curador, ao especialista, cabem as pesquisas sobre as coleções (DUDLEY, WILKINSON et al.; 1979). Para outros autores, no entanto, cabe ao curador também a guarda de documentos legais como registros de incorporação, de localização, doação, venda e publicação para a prestação de contas perante fundações ou instituições mantenedoras dos museus (RICCIARDELLI; 1982: 2 e 3).

Os aspectos legais das transações de coleções foram objeto, nos Estados Unidos, da publicação de Marie C. Malero, *Legal primer on managing museum collections* (Washington, D.C, Smithsonian Institution Press, 1998). Ela ressalta como ponto fundamental o gerenciamento das coleções e o caracteriza como uma política: “(...) uma declaração escrita e detalhada que explica por que um museu é operacional e como ele dirige seus negócios, articulando padrões para os profissionais de museus sobre os objetos que foram deixados sob os seus cuidados. A política serve de guia para os profissionais e fonte de informação para o público” (MALARO; 1985: 43). Sob essa perspectiva, pode-se dizer que os dados são acessados para controle, para acompanhamento da movimentação das coleções (como entrada e saída), produzindo documentos institucionais para auditorias, avaliações, seguros, vistorias dos locais de armazenamento e fornecimento de dados para a montagem de exposições. Tal quadro nos faz inferir que esta documentação destina-se prioritariamente para a instituição ou usuário interno.

A tendência *reflexiva*, por sua vez, parte da idéia de museu como centros de documentação. Conceber museus como centros de documentação nos induz a pensar em museus voltados também para o usuário externo, isto é, para o público de museus. Muito dessa perspectiva foi concebida pelo já citado George Henri Rivière que idealizava os museus como laboratórios, ou melhor, como museu-laboratório associando duas noções: a de “museu cultural” (*musée culturel*) e a de “museu científico” (*musée scientifique*). Aqui, o objeto de museu é fonte primordial de pesquisas, e a documentação, uma atividade importante devendo ser polivalente, múltipla e extensa, já que esses objetos são plurissígnos, adequando-se às múltiplas formas de exposição. Para cumprir tais objetivos, o ponto de inflexão deveria recair sobre os instrumentos de classificação servindo simultaneamente à pesquisa, à organização das coleções e à gestão administrativa. Na concepção de museu-laboratório importa a difusão, a “comunicação científica” e a racionalização da informação no sentido de procedimentos rápidos e econômicos para o acesso aos objetos, ou seja, à sua rápida localização e também ao conjunto de informações sobre eles (LA MUSÉLOGIE; 1989: 173, 175 e 179). Yvonne Oddon dará forma e função aos chamados instrumentos documentários, como inventários, fichas de cadastramento, catálogos analíticos e sistemáticos apoiados na forma e seqüência de instrumentos biblioteconômicos.¹

Na análise de Gisele Marques Leite Paixão,² a documentação em museus é uma das etapas da *musealização*, compreendida como o processo que se inicia com a retirada do objeto do circuito de uso e sua entrada no museu; ao longo do mesmo se faz a coleta de dados para o registro. Sendo assim, são as informações recolhidas que vão caracterizando de forma crescente o objeto, assegurando-lhe a condição de testemunho e fidedignidade segundo Waldisa Rússio (RÚSSIO; 1984: 61-2). Nessa perspectiva registrar e pesquisar se mesclam para assegurar a identidade particular daquele(s) artefato(s).

Já para Fernanda Camargo-Moro *musealizar* corresponde a preservar, o que a faz situar a documentação de museus no bojo da aquisição de coleções que estariam submetidas às “ciências da preservação” e ligadas a questões de herança cultural. A documentação, ato de preservar, diz essa autora, é uma forma de tornar acessível o passado, de onde advém a importância dos registros (CAMARGO-MORO; 1986).

Ora, dessas duas tendências decorrem modos diferentes de tratar a informação e, portanto, a documentação sobre os objetos que se encontram nos museus. Segundo a tendência *reflexiva*, o objeto é individualizado, associado à pesquisa e produção de novos conhecimentos. Pretende-se compreender o objeto/documento sem que fiquem num segundo plano necessidades informacionais da própria instituição. Na tendência *tecnicista* percebe-se que a coleta de dados sobre os objetos de museu não apresenta maiores particularidades, uma vez que a meta principal é a prestação de contas para instâncias administrativas e, em menor grau, a produção de novos conhecimentos. Optar por uma ou outra, ou a combinação de ambas, significa também impor diretrizes para os fluxos de processamento da informação nos museus. Mas não é só da escolha de uma tendência que esse fluxo se organizará, como será visto a seguir.

O tratamento do objeto e o processamento da informação em museus

Para analisar o fluxo de processamento da informação nos museus é preciso distinguir dois processos paralelos e diferenciados. Um é o fluxo e tratamento do objeto como suporte e o outro é o tratamento e a organização das informações tendo em vista o acesso e a sua

¹ Ver ODDON; 1968.

² Notas de aula da disciplina de Documentação de Museu, ministrada pela museóloga Gisele Marques Leite Paixão em 1986 e 1987, no antigo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

recuperação. Uma vez assim dispostos, pode-se compreender que no fluxo do tratamento da informação é possível aplicar princípios da Análise Documentária (AD), disciplina de natureza metodológica que visa à elaboração de produtos documentários.

No caso de registros escritos, ocorre que as suas características físicas (título, autor, formato, paginação, etc.) foram ao longo do tempo motivo de normalização crescente, de modo que a representação descritiva experimentou avanços superiores à descrição do conteúdo. De fato, o tratamento e a recuperação dos conteúdos experimentou distintos e crescentes obstáculos.

No caso dos museus a situação não se repete, já que neles a regra consiste justamente na imensa variedade de suportes físicos não padronizados que constituem as coleções. Acrescenta-se a isso o problema de que nem sempre é possível, nesse contexto, estabelecer uma distinção entre suporte e conteúdo, já que o próprio suporte se constitui, por vezes, em parte do conteúdo.

Para superar tal impasse associado à própria condição do objeto de museu do qual se requer a descrição física que lhe é constituinte mas também outros planos descritivos que não estão inscritos nesse mesmo objeto, propõe-se que o seu tratamento parta do conceito de *matriz da informação*. Nela estão os traços a serem considerados — tanto os físicos quanto os de conteúdo —, de modo que sempre os traços dos diferentes planos estejam associados para que se possa conduzir a análise. Sendo assim, a análise de um objeto/suporte é simultaneamente uma análise dessa matriz de informação. Por exemplo: numa estatueta de um determinado grupo étnico (ou outra qualquer) o material, os traços escultóricos, os adereços ou outros elementos iconográficos vão nos fornecendo elementos para captar sua função, seu contexto sociocultural, vínculos com ritos, e assim por diante. É parte dessa matriz da informação também a escolha da matéria-prima (madeira, cerâmica ou bronze, etc.) que, por sua vez, representa uma parte do processo de criação da obra e, portanto, índice importante do significado social. Logo, o significado do objeto/documento está na correlação de dados que vão da materialidade do objeto às intenções socioculturais; trata-se de um *artefato*, uma produção do homem inserida numa conjuntura social. Não há como desvincular de um objeto de museu a combinação de suporte e conteúdo da forma e função; este é o estatuto singular do objeto/documento em museus.

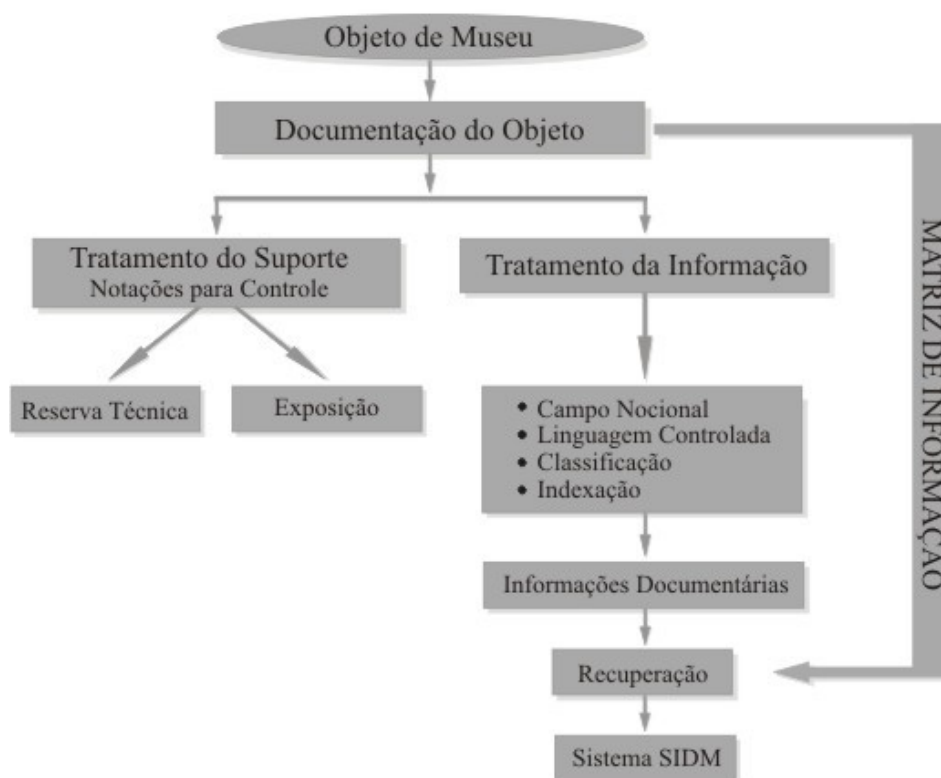
Diante desse modo de constituição e compreensão do objeto de museu como documento, entende-se que a documentação exerça controle sobre o acervo a partir da noção de *matriz da informação*. A elaboração da matriz de informação dá conta da especificidade do objeto já que, nesse caso, aspectos físicos e de conteúdo contribuem solidariamente para a sua significação e resultam de um processo de pesquisa. Mas nem por isso a pesquisa e a documentação coincidem. Sob a ótica da documentação, a pesquisa é uma das ferramentas para a elaboração da matriz da informação, a qual posteriormente será representada por termos documentários e não, por exemplo, por relatórios, caso típico de produto de pesquisa. Em todo caso nunca é demais lembrar que aí reside um dos fatores que levam a considerar por vezes equivalentes ambas as operações.

Ao se buscar a inserção dos sistemas informativos documentários no sistema de documentação em museus, as diferenças não podem ser escamoteadas; caso, por exemplo, da política de aquisição de documentos desde que, nos museus, a aquisição não ocorre com a mesma regularidade que nos centros de documentação. Nos museus, por outro lado, há a tendência no crescimento do volume de informações, na medida em que a pesquisa traga novos elementos sobre os documentos, aumentando a possibilidade de inserir o objeto em outros quadros relacionais, ou parafraseando Marilda Lara, em malhas de informação (LARA; 1993).

O tratamento da informação, no que tange à representação do conteúdo por meio da linguagem, é uma operação de síntese elaborada a partir das informações contempladas na

matriz da informação. De fato, com o recurso às linguagens serão indexados, de forma atributiva, os objetos e todas as informações a ele associadas. Embora algumas delas sejam informações de natureza administrativa ou curatorial, salienta-se que o ganho está efetivamente na presença das informações documentárias propriamente ditas, relacionadas à descrição e recuperação de conteúdos. Nesse sentido a matriz da informação integra o sistema de informação documentária para museus.

Sistema de Informação Documentária para Museus - SIDM



Na perspectiva de Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi, considerando-se a informação como fluxo e o conhecimento como estoque, o papel da documentação na triagem, organização e conservação da informação, sob a forma de registros em suportes, fixa e preserva a memória e torna possível compartilhar socialmente aquele estoque. Mas é o tratamento documentário que cria a informação, a possibilidade de sua divulgação e transferência. Daí a importância do tratamento da informação propriamente documentária, fundamental para que um sistema de informação exerça a atividade comunicativa (CINTRA et al.; 1994: 14-15).

É essencial que a documentação de museus entenda e integre o conceito de Análise Documentária (AD). A partir das metodologias por ela proposta é possível transformar de forma consistente um sistema de significação em outro, que representa o original de forma sintética para fins de circulação social dos conteúdos para sua posterior recuperação. Para José A.C. Guimarães é na etapa de organização da informação — em que ocorre o processamento mecânico do documento/suporte e o tratamento temático e descritivo do conteúdo — que acontecem a extração, a identificação, a seleção de conceitos e a síntese de uma linguagem (em geral, a Linguagem Natural) para uma linguagem artificial, a Linguagem Documentária (LD) (GUIMARÃES; 1994: 158-159). Isso é o mesmo que operar com representações realizadas com elementos *exteriores* ao texto, por intermédio de códigos comutadores, identificados por meio de descritores, conhecidos como unidades das

Linguagens Documentárias (LDs), que são “sistemas de significação próprios da documentação” (LARA; 1993: 29).

Como foi exposto, a distinção entre a documentação e a documentação de museus funda-se na natureza dos suportes da informação, que para uma é o texto verbal ou imagético (ainda que não exclusivamente), e para a outra é o objeto concreto. A nosso ver existe um patamar documentário comum, apesar do fato de que, em museus, dificilmente seja possível distinguir, no momento da descrição, o suporte e o conteúdo. No entanto, tal como para a documentação, há que se fazer na documentação de museus a equivalência do conteúdo de um documento/objeto para sua representação. Aqui se encontra o ponto de contato, pois ambas utilizam a representação pela linguagem, e do ponto de vista da organização da informação, nenhuma das duas pode se basear exclusivamente na Linguagem Natural.

Ao tratarmos do museu como ambiente de informação e contexto documentário deve-se ter em vista a noção de que, no museu, o objeto adquire o estatuto de documento e suporte de informações de gamas variadas. É o processamento distinto do objeto e da informação que gerará produtos documentários, e não os sistemas de documentação de museus, pois estes em si não são informativos.

Talvez pelo fato de que essas noções não estejam evidenciadas quer na literatura, quer na prática da documentação de museus, essas instituições ainda não se vejam como prestadoras de serviços de informação como esperava George Henri Rivière, quando reconheceu que os museus também poderiam ser centros de documentação.

Referências bibliográficas

- AUBERT, Marcel. L'Ecole du Louvre. *Museum*. Paris, Unesco, July, 1948, v. 1, p. 37-38.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museus: aquisição/documentação*. Rio de Janeiro: Eça, 1986. 309 p.
- CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO; Maria de Fátima G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 10, 2000, p. 241-253.
- CINTRA, Anna Maria M.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; LARA, Marilda L. G. et al. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 1994. 72 p.
- DUDLEY, Dorothy; WILKINSON, Irma B et al. *Museum registration methods*. Washington, D.C.: American Association of Museums, 1979. 437 p.
- ELISSEFF, Vadime. Musées et ordinateurs. *Museum*. Paris, Unesco, 1970/1971, v. 23, n. 1, p. 3-4.
- GUIMARÃES, José Augusto C. *Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de acórdãos trabalhistas brasileiros*. Tese. São Paulo: Departamento de Biblioteconomia e Documentação, ECA/USP, 1994. 250 p.
- LA MUSÉOLOGIE Selon George Henri Rivière. Paris: Dunod, 1989. 402 p.
- LARA, Marilda L. G. *A representação documentária: em jogo a significação*. Dissertação. São Paulo: Departamento de Biblioteconomia e Documentação, ECA/USP, 1993. 133 p.
- LEWIS, Geoffrey D. Foreword. *Museum documentation systems: developments and applications*. In: LIGHT, Richard B.; ROBERTS, Andrew; STEWART, Jennifer D. (Org.). London: Butterworths, 1986. p. V-VI.
- MALARO, Marie C. *A legal primer on managing museum collections*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1985. 351 p.
- MENSCH, Peter. Museus em movimento. *Cadernos Museológicos*. Rio de Janeiro: SPHAN, proMemória, Ministério da Cultura, 1989. p. 49-54.

- ODDON, Yvonne. *Elements de documentation muséographique*. Jos./Nigéria: Centre de Formation de Techiciens de Musées, 1968. 68 p.
- OLCINA, Paulette. The development and coordination of museum documentation by international agencies. In: LIGHT, Richard (Org.). *Museum documentation systems: developments and applications*. 1986. cap. 30, p. 307-314.
- . Le Centre UNESCO-ICOM: la documentation au service du muséologue. *Museum*. Paris, 1970/1971, v. 23, n. 1, p. 59-60.
- REAL, Regina M. *O museu ideal*. Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958. 39 p.
- RICCIARDELLI, Eloise. *Curadoria, documentação e conservação em museus*. São Paulo: Museu de Arte Contemporânea, USP, 1982. 154 p. (mimeo)
- ROBERTS, Andrew; FINK, Eleanor E. Terminology for user-friendly curators. In: *Terminology For Museums*. United Kingdom: The Museum Documentation Association, Getty Grant Program, 1990. p. 3-6.
- RÚSSIO, Waldisa. Texto III. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado*. Estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. 255 p.
- SARASAN, Lenore. Why museum computer projects fail. *Museum News*, 1981, v. 59, n. 4, p. 40-49.
- SCHREINER, Klaus. *Fundamentals of museology*. Waren: : República Democrática Alemã, 1985. 95 p.
- TORRES, M. T. M. *História de la documentacion museológica: la gestión de la memoria artística*. Espanha : Ediciones TREA, 2002. 387p.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museus e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958. 228 p.
- VALLADARES, José Antonio do Prado. *Museus para o povo: um estudo dos museus norte-americanos*. Salvador, Secretaria de Educação e Saúde/Publicações do Museu do Estado da Bahia, no. 6: s/n, 1946. 105p.
- WILL, Leonard. The indexing of museums objects. *The Indexer*, Apr. 1993, v. 18, n. 3, p. 157-160.